

Insensatez é querer acabar com os serviços públicos, rebate Condsef/Fenadsef

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que servidores dariam uma "demonstração colossal de insensatez" se reivindicassem reajuste. A declaração para a categoria que está há mais de dois anos com seus salários congelados gera indignação. O ministro voltou a usar o discurso de que servidores teriam muitos "privilégios" o que a Condsef/Fenadsef volta a reforçar não é a realidade da maioria dos servidores federais. Por isso, o discurso de Guedes revela seu total desconhecimento dos problemas que afetam o setor público e falta de capacidade para apontar soluções. O ministro coleciona declarações polêmicas e é responsável por conduzir uma política de destruição do Estado brasileiro.

Para a Condsef/Fenadsef, insensatez é querer acabar com os serviços públicos, é querer "vender tudo", privatizar serviços essenciais e enfraquecer o Estado. Insensatez é retirar direitos sem gerar empregos, ferir a soberania nacional e conduzir uma política econômica que lança a população brasileira numa crise cada vez mais profunda que já elevou a desigualdade social e arrastou milhões de volta à miséria.

Na entrevista, Guedes pontua que ao longo dos últimos 15 anos servidores tiveram mais de 50% de reajuste. Ocorre que o ministro não explica que nesse mesmo período servidores públicos se mobilizaram e lutaram para que o setor público e também os servidores tivessem seu valor reconhecido. A categoria vinha sofrendo ataques que, como agora, promovem um cenário de desmonte. Um reflexo da ausência de investimento no setor está no recente caos em postos do INSS que levou o governo a anunciar a convocação de 7 mil militares da reserva para reforçar atendimento público. A medida deve custar R\$ 14,5 milhões por mês e para especialistas, como o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, não vai resolver o problema.

Política insensata

A política acelerada de desmonte do setor público é que deve ser encarada como insensata e já provou isso em outros momentos. Com Fernando Collor milhares de servidores foram demitidos, o que promoveu um movimento de anistia e reintegração que reverbera ainda hoje. Durante os oito anos de governo FHC, conhecidos como anos de chumbo, os servidores amargaram perdas salariais que ultrapassavam os 100%. "Foi uma época em que nossas campanhas salariais eram marcadas por percentuais que assustavam, tamanha era a dificuldade dos servidores que sequer tinham espaço para negociar", lembra Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. "Até hoje não possuímos direito à negociação coletiva o que nos coloca muitas vezes à mercê de governos que não priorizam ou mesmo querem inviabilizar políticas de Estado", acrescenta.

Campanha Salarial 2020

A Condsef/Fenadsef adianta que servidores federais não vão abrir mão de apresentar sua pauta de reivindicações ao governo. O lançamento da campanha salarial, que deve unificar os fóruns (Fonasefe e Fonacate) que representam o conjunto dos servidores federais, está previsto para o dia 12 de fevereiro. A maioria dos servidores do Executivo está com salários congelados há mais de dois anos. O percentual (33%) que deverá ser reivindicado é o mesmo do ano passado, apesar das perdas salariais acumuladas por muitos terem ultrapassado esse valor.

Mas não apenas de reajuste será a pauta da Campanha Salarial 2020. Outros eixos compõem as reivindicações consideradas prioritárias pela categoria. As entidades vão apresentar um pedido de audiência ao ministro Paulo Guedes que desde o início do mandato de Jair Bolsonaro nunca recebeu pessoalmente a representação dos servidores. Outra reclamação é que negociações permanentes com o governo não vem acontecendo e o diálogo está prejudicado.

Revoga o Teto

Os servidores vão continuar reivindicando também a revogação imediata da Emenda Constitucional (EC) 95/16. A EC, conhecida como emenda do teto de gastos, que congela investimentos públicos por vinte anos, sempre foi apresentada como obstáculo para atendimento de demandas urgentes. Mas recentemente uma MP aumentando salários da cúpula da Polícia Federal e o plano de carreira que elevou em até mais de 70% soldo de militares leva os servidores a questionar o governo.

18 de março é greve geral

Somado a ataques permanentes a diversas categorias, a ameaça de uma reforma Administrativa que diz que irá combater "privilégios", mas promete acelerar ainda mais o desmonte do setor público, cortes orçamentários que atingem setores e serviços essenciais à população e o descaso e desrespeito colocam servidores federais em posição de defesa. Por isso também uma greve da categoria não está descartada.

A Condsef/Fenadsef realiza uma plenária nacional de sua base no dia 13 de fevereiro que deve apontar os rumos da mobilização dos servidores. A plenária deve reforçar a participação da categoria em 18 de março, Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, com protestos e greves em todo o Brasil. "Precisamos acordar. Não podemos ficar na zona de conforto. Temos que partir para o enfrentamento. No meu entendimento, só iremos ter força para nos contrapor a esse governo se nos unirmos em uma grande greve nacional", alertou Sérgio Ronaldo.

Reforma administrativa deixa salário fora das mudanças

O secretário especial de desburocratização, gestão e governo digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, anunciou nesta quinta-feira (16/01/2020) que o texto base da reforma administrativa está pronto. Segundo Uebel, os principais pontos já estão determinados. Ele adiantou que a lei não mexerá em salários nem de servidores atuais, nem daqueles que serão admitidos após a reforma.

O texto final deve ser entregue em fevereiro ao Congresso Nacional. A fala segue o anúncio feito pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nesta semana. "A reforma administrativa vai criar um novo arcabouço legal para novos servidores. Estabilidade, remuneração e demissão dos atuais servidores não mudará. Os atuais terão ajustes que ainda serão apresentados, mas nada estrutural", destacou.

Ele reforçou que mudanças em salários depende de leis específicas para cada carreira e que passa pela aprovação do Congresso. As declarações foram dadas em café da manhã com jornalistas, na sede do Ministério da Economia, em Brasília.

Para Uebel, as mudanças no funcionalismo "trazem uma oxigenação" para os órgãos. "O texto está finalizado. Há um ajuste pontual. Em fevereiro haverá uma apresentação para a imprensa e Congresso", finalizou.

Apesar da resistência de servidores e de entidades sindicais, o secretário garantiu que o governo federal está empenhado em realizar as mudanças. "Essa é uma reforma necessária e importante para melhorar os serviços para o cidadão sem aumentar custos para a máquina pública", destacou.

Segundo o secretário, a reforma será apresentada em partes. A expectativa do governo é que até 2022 a Proposta de emenda à Constituição, lei complementar e a regulamentação tenham saído do papel. "Tem todo um caminho a ser percorrido. Uma parte depende da PEC, outra não", finalizou.

Uebel minimizou possíveis dificuldades de negociação com o Parlamento. "No ano passado, o Congresso estava quase encerrando suas atividades. Agora, o texto vai ser mais robusto, alinhado e melhor para o país. Seria excelente se fosse aprovado ainda em 2020", finalizou.

Militares não sabem serviço que deverão prestar, diz ex-ministro da Previdência

A convocação de 7 mil militares da reserva para reforçar o atendimento ao público nos postos do INSS é mais uma tentativa de Jair Bolsonaro de agradar sua categoria do que de fato resolver o atraso de concessões de aposentadorias e benefícios sociais, segundo o ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini. Para ele, o problema que o órgão enfrenta atualmente é resultado de falta de gestão, falta de planejamento e represamento proposital, tendo-se em vista que a normalidade cotidiana do INSS sempre teve fluxo intenso, com cerca de quatro milhões de pedidos por ano.

Em conversa com a Condsef/Fenadsef, Berzoini analisou as gestões de Michel Temer e de Bolsonaro, apontando que nenhum dos dois se preocupou com contratação de pessoal para o órgão. O último concurso realizado para o Instituto foi em 2015, um ano antes do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Diante dessa gestão intencional de esvaziamento do INSS, Berzoini comenta que não há surpresa alguma na situação caótica atual. O espanto, entretanto, cai sobre a decisão do governo de recorrer aos

militares e lhes pagar 30% a mais de salário para que exerçam funções para as quais não são especialistas, atitude inédita na história brasileira.

Necessidade de conhecimento

"Os militares terão que ser treinados, já que não conhecem o serviço que deverão prestar. Haverá demora no recrutamento e treinamento dessas pessoas. Seria mais fácil pagar hora extra adicional aos atuais servidores ativos do órgão, convocar os aprovados em concursos anteriores ou chamar os aposentados do INSS que tiverem interesse em voltar a trabalhar", propõe Ricardo.

Para o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, acreditar que o problema do Instituto é apenas a fila de atendimento dos postos é falta de compreensão do funcionamento do órgão. "O que precisa de reforço é a análise dos processos, que exige conhecimento especializado para isso", critica.

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) declarou que "os servidores concursados para os cargos de Analistas e Técnicos do Seguro Social compõem força de trabalho qualificada para atuarem nas atividades finalísticas do órgão, selecionados por concurso com grau de complexidade compatível com a envergadura da função pública a ser exercida". Dessa forma, a expectativa de que o problema no atraso de análise de processos seja resolvido em seis meses, como indicou o ministro da Economia Paulo Guedes, deve se frustrar.

Para a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), a solução passa necessariamente por realização de concursos, não pela militarização dos serviços.

Superação do problema

Quando Ricardo Berzoini assumiu o hoje extinto Ministério da Previdência Social, em 2003, havia acúmulo de processos e demora média de três meses para apreciação dos pedidos. A situação caótica era similar com a enfrentada no momento, mas as estratégias tomadas para ampliar o atendimento público foram outras.

"Primeiro organizamos a especialização das equipes, dividindo em turmas de análise para cada tipo de benefício solicitado. Depois realizamos concurso. O INSS estava 18 anos sem contratação de servidores e fizemos o concurso em caráter emergencial. Eu tomei posse no dia 2 de janeiro e, no dia 6, tivemos autorização do presidente. Foi o primeiro concurso do governo Lula. Contratamos 4.300 novos servidores", recorda Berzoini.

Sérgio Ronado destaca que, com o pagamento adicional dos militares da reserva convocados, seria possível realizar novos concursos e equipar o INSS com a estrutura necessária para aumentar o fluxo de análises dos processos. "O governo está mentindo para o povo. Não estão cortando gastos, mas aumentando benefícios para os militares e aparelhando o Estado com comissionados da categoria de Bolsonaro", denuncia.

Se já existiam mais de 3 mil militares em cargos comissionados no governo, com esta convocação de força-tarefa, esse número aumentará para 10 mil. Nem durante o período da ditadura militar houve tantos militares em cargos públicos. "É uma ocupação sintomática que o militarismo está fazendo da estrutura pública. Metade dos cargos comissionados estão ocupados por eles", ataca Silva. "Poderiam mandar os militares da reserva para as fronteiras do Brasil, para combate ao tráfico".

Dataprev

Em 2003, além do caos de atendimento no INSS, o parque tecnológico do Dataprev também estava sucateado, o que agravava a situação. Berzoini comenta que, após investimentos realizados nas gestões de Lula e Dilma, hoje a empresa é considerada de ponta por organismos internacionais e já foi premiada por organizações privadas pela qualidade do corpo técnico e dos serviços prestados. Atualmente, a empresa está ameaçada de privatização.

O ex-ministro da Previdência condena a intenção de Bolsonaro e Paulo Guedes. "Isso é um crime contra o Brasil. O Dataprev detém informações de mais de 100 milhões de brasileiros, beneficiários do INSS, pessoas com cadastro por programas sociais. Dataprev e Serpro são empresas modernas e competentes, com baixo custo para o Estado. Se privatizadas, o sistema vai ser ainda mais prejudicado".

Calendário de Atividades

- **17/01** – Palestra - A reforma no regime geral de previdência e seus impactos para aposentados e os quase aposentando – Sede da CUT/MG;